

# Isolamento de Sarney preocupa Richa

A redução da base de apoio ao presidente José Sarney poderá ter consequências perigosas para o País. A opinião é do senador José Richa (PMDB-PR) que ontem, em São Paulo, não descartou a possibilidade de um golpe de estado. "Se a situação continuar deteriorando, acho que, queramos ou não, acaba acontecendo", afirmou. Mesmo assim, ele não tem previsões pessimistas: "Acredito que nós vamos ter competência". Para o senador, o problema é que "a construção dessa maioria de defesa do governo está sendo feita de forma muito complicada, e é difícil configurar claramente quem está defendendo o governo".

José Richa esteve em São Paulo a convite da comissão paulista de apoio à Constituinte, presidida pelo deputado Luís Carlos Santos. Ele explicou aos deputados o relatório que apresentará hoje, na Constituinte, propondo formas de organização do Estado e de fortalecimento do espírito federativo no Brasil. Entre outros itens, o seu anteprojeto vai defender a criação do Estado de Tocantins. A tese do sistema de governo neopresidencialista, apresentada pelo presidente Sarney, é, para o senador, um absurdo: "Ou vamos ter bem o presidencialismo ou então passamos para o parlamentarismo clássico".

Com uma coisa híbrida, o conflito será muito maior", Richa admite o neopresidencialismo só em último caso. "No momento, o melhor seria o presidencialismo porque estamos saindo de 21 anos de arbítrio e vai ser muito difícil o parlamentarismo dar certo".

O senador condenou a luta dos setores do PMDB que querem a prorrogação de mandatos dos prefeitos e vereadores e considerou "uma precipitação" a convocação da convenção extraordinária de seu partido para julho, como prevê o requerimento do deputado Maurício Fruct. A definição do PMDB sobre o futuro sistema de governo e o período do mandato presidencial — principal questão da convenção nacional —, na opinião de Richa, deveria ser adotada "em uma ocasião mais oportuna, mais próxima de quando a Constituinte tiver de definir o mandato do atual presidente". Ele disse que é favorável à coincidência de mandatos, envolvendo eleições gerais. Mas, para evitar qualquer suspeita que estivesse defendendo a prorrogação dos mandatos municipais, ele frisou que considera a iniciativa "uma imoralidade".

Sobre o isolamento político de Sarney, o senador acrescentou outra questão que poderá aumentar a possibilidade de uma crise institucional:

o presidente recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir cinco anos no governo. Richa considera que o assunto deve ser resolvido a nível político, apesar de admitir seu envolvimento jurídico.

O relatório da Comissão da Organização do Estado que Richa divulgará hoje na Constituinte foi dividido em duas partes: uma política e outra administrativa. O documento defende a ampliação da autonomia dos estados. Até os itens de competência da União poderão ser debatidos e eventualmente incluídos nas Constituições estaduais. Pela sugestão do senador, ficarão com a União os serviços postais, telecomunicações, energia, o Direito Tributário, Comercial e Penal. Mas se os deputados estaduais quiserem debater a instituição da pena de morte em seus estados, poderão fazê-lo.

Apesar de estar em tramitação no Congresso o pedido para a criação de mais nove estados, o documento de José Richa defende apenas o surgimento do Estado de Tocantins, que seria desmembrado de Goiás. Seu argumento é que a própria população goiana quer a divisão, tese já apresentada várias vezes no Congresso pelo deputado pedessista Silveira Campos.



Richa acha que desprestigiar Sarney é ajudar golpe

## Pressão das galerias, o temor de parlamentares

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A tensão que dominou toda a sessão de ontem da Constituinte, por causa do assassinio de um suplente de deputado federal e líder do Movimento Pró-Reforma Agrária, no Pará, foi uma amostra do que poderá ocorrer de hoje até domingo, quando as comissões temáticas estarão decidindo sobre alguns dos pontos mais polêmicos do projeto da futura Constituição. Mas os líderes dos dois principais partidos — Mário Covas (PMDB) e José Lourenço (PFL) — fizeram apelos a favor do entendimento. Covas, entretanto, assinalou "a Constituinte dirá se as palavras são mais fortes que as armas".

Desde à manhã já havia preocupação com os movimentos de pressão que estarão atuando, a partir de hoje, nas comissões, principalmente na da Ordem Econômica, onde se decidem questões de reforma agrária, de estatização, de monopólios estatais e de empresas multinacionais. Foi numa de suas subcomissões que ocorreram tumultos há 15 dias. A comissão vai reunir-se, a partir de hoje à tarde, no plenário da Câmara, e a Mesa da Constituinte mandou confeccionar crachás para controlar o acesso do público às galerias. Porém indagado pela liderança do PDT sobre os critérios para o acesso às galerias, Ulysses Guimarães respondeu que esse assunto é da alçada dos presidentes das comissões.

Ontem, cerca de 300 participantes de um movimento pró-reforma agrária já circulavam pelas depen-

dências da Câmara e, na parte da tarde, estiveram nas galerias aplaudindo os oradores que condenavam o assassinio do suplente de deputado Paulo Fontelles. O fato foi trazido ao plenário, logo no início da sessão, pela deputada Irma Passoni (PT-SP), que pôs a culpa no governo federal. Cerca de duas dezenas de parlamentares, de quase todos os partidos, condenaram o crime.

### A LISTA

Houve momentos de emoção. Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) com a voz às vezes embargada, lembrou que era "companheiro de lutas" de Fontelles. Ele disse que fora divulgado no Estado uma lista de 15 pessoas marcadas para morrer, devido à sua posição em defesa da reforma agrária. Começaram a "execução" pelo quinto nome. Depois, vieram o quarto, o terceiro e o segundo, que era Paulo Fontelles. "E o primeiro da lista sou eu" — completou.

Ademir Andrade (PMDB-PA), muito ligado também ao suplente de deputado assassinado, chamou a UDR de "entidade fascista e terrorista" e, apesar de estar falando no horário destinado à liderança do PMDB, acusou o governo Sarney de "responsável pela morte de Paulo Fontelles".

Ulysses Guimarães lamentou a morte do suplente e informou ter entrado em contato com o ministro da Justiça e com o governador Hélio Gueiros, do Pará, pedindo que seja feito rigoroso inquérito para apurar o crime "e punir exemplarmente os responsáveis".

Os maiores problemas de segurança, segundo previsões, serão da Comissão da Ordem Econômica, que se reunirá no plenário da Câmara para a votação do substitutivo do senador Severo Gomes (PMDB-SP). Cerca de dois mil integrantes da UDR e mil da Contag já estão em Brasília para acompanhar os trabalhos, especialmente o capítulo da reforma agrária.

O presidente da comissão, senador José Lins (PFL-CE), informou ontem que vai distribuir, proporcionalmente a cada integrante da comissão, os 936 lugares das galerias da Câmara. Com isso, ele espera evitar conflitos maiores entre as pessoas de vários segmentos sociais que querem presenciar a votação. Ele lembrou os tumultos acontecidos na Subcomissão da Reforma Agrária, dizendo que espera "contribuir para a democracia, permitindo o acesso pacífico às galerias".

### PRÉ-ESTRÉIA

Trabalhadores rurais de todo o País fizeram ontem um lobby diferente na Constituinte em favor da reforma agrária. Cerca de 750 pessoas passaram o dia cantando pelos correios e salões do Congresso, num ensaio geral do coro popular que eles vão levar este fim de semana para a Comissão da Ordem Econômica. As canções, todas falando no homem do campo e na distribuição de terras, eram intercaladas por palavras de ordem a favor da reforma agrária e gritos de protesto contra o assassinato de Paulo Fontelle.

## Constituinte deve dar os 5 anos a Sarney

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O deputado Egidio Ferreira Lima acatou poucas emendas ao seu relatório da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, mantendo a implantação do regime parlamentarista com mandato de cinco anos para os presidentes da República e de quatro anos para o presidente Sarney, especificado nas disposições transitórias. A votação do parecer começa às 20 horas de hoje, estando garantida a aprovação do destaque para restabelecer os cinco anos de mandato de Sarney, já que os constituintes fiéis ao governo estão com folga da maioria na comissão.

Antes de concluir seu parecer, Egidio Ferreira Lima reuniu-se separadamente com os relatores das subcomissões do Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente sena-

dor José Fogaça (RS), deputados José Jorge (PE) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), e todos saíram insatisfeitos pela rejeição de suas propostas. "Egidio só fez acordo se ele ficar satisfeito, e isso não é acordo", comentou Arruda ao final da reunião, rindo e carregando nas mãos um exemplar do livro "Como chegar a um acordo sem desistir".

Os diferentes grupos políticos reuniram-se várias vezes para armar a estratégia da votação do parecer. O centro-democrático, liderado pelo deputado Expedito Machado (PMDB-CE), tentará restabelecer o projeto aprovado pela Subcomissão do Poder Executivo, com cinco anos de mandato para todos os presidentes e regime parlamentarista. Machado afirmou que nem precisou ler o relatório de Egidio para saber que "será derrotado". "Nós temos os votos e eles os gritos", comentou o parlamentar, acrescentando que em todas as comissões o centro terá maioria sobre os radicais da direita ou da esquerda.

## Proposta veta construções faraônicas

O Congresso Nacional poderá evitar futuramente a realização de obrasuntuosas, que costumam não levar em conta a situação econômica do País, incluindo-se na nova Constituição item que considere de exclusividade competência do Legislativo a aprovação prévia de projetos de obras e serviços públicos, cujos valores ultrapassem 5% do orçamento federal. Proposta nesse sentido foi apresentada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que tomou por base a obstinação do governo federal em executar a qualquer preço e em caráter de urgência a Ferrovia Norte-Sul, apesar da grave crise econômica por que passa o País. O parlamentar demonstra que o custo da ferrovia, estimado em US\$ 2,5 bilhões, equivale a mais de 13% das despesas da União, de acordo com o orçamento financeiro deste ano. Mendes defende a aprovação prévia do Congresso nessas situações, notadamente em momentos de extrema dificuldade financeira como a do momento, de acordo com a conveniência do interesse público.

## Constituintes insultam-se

O líder do PDS na Câmara Amarel Neto, e o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) trocaram ontem duras ofensas. O atrito só não foi maior porque um não se encontrava no plenário quando foi atacado pelo outro. Amarel Neto, acusado de envolvimento num suposto "Projeto Democrático", de inspiração norte-americana, revidou chamando seu acusador, Luiz Salomão, de "mentiroso", "sem-vergonha" e "canalha", e de basear-se em documento apócrifo de "um jornalista mexicano bêbado".

Menos de meia hora depois, quando Amarel Neto já não estava no plenário, chegou o deputado Luiz Salomão e disse que suas acusações basearam-se em informes trazidos por um correspondente estrangeiro da revista *Executive Intelligence Review*.

E exibiu um exemplar da publicação, frisando que ela estava ali para "ser esmagada naqueles que estão dizendo que não temos provas do que dissemos". Quanto a Amarel Neto, Salomão observou que "ninguém foi mais caluniador que ele, cuja vida parlamentar é um somatório de alegrias e de acusações infundadas".

## Tendência no PMDB é diminuir mandato

FLAMARION MOSSRI

A discussão no PMDB do tempo de duração do mandato do presidente Sarney está se modificando — quatro, cinco ou seis anos para três ou quatro anos, com sistema parlamentarista abrangido, com primeiro-ministro exercendo funções de presidente.

Lideranças influentes do partido, incluindo ministros e governadores, estão convencidas de que, com o agravamento da situação econômica, o PMDB corre o risco de se desgastar a cada dia, ficando sem condições de sustentar o governo e lutar contra sua desestabilização.

A análise, preocupante e grave, tem sido feita, com frequência, em reuniões informais de líderes, dirigentes e personalidades do PMDB. A maioria está se convencendo de que, se a crise não for controlada a curto prazo, ninguém do partido poderá defender mandato de cinco anos para Sarney.

Quarta-feira à noite, na residência oficial do ministro da Previdência Social, o quadro sócio-econômico, a situação do PMDB e as dificuldades nos trabalhos da Constituinte constaram da pauta de reunião com os ministros Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães, o governador Pedro Simon (RS), Ulysses Guimarães e os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Luiz Henrique, Euclides Scalco e um dos relatores da Assembleia Constituinte, Arthur da Távola (Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, e Família).

A exceção de Ulysses Guimarães, o estado de espírito dos líderes do PMDB era de evidente ceticismo. Todos estão de acordo de que a crise é econômica, agravada com a falta de definições, de propostas para equacioná-la e mantê-la sob controle. A crise político-institucional seria consequência do caos sócio-econômico.

Foi dito que a crise política, apesar das dificuldades, sempre poderia ser resolvida, já que a maioria é constituída de profissionais, capazes de contornar os problemas. Já na crise econômica, o PMDB está no papel de vitraço, expondo-se perante a opinião pública, sem conseguir influenciar o governo para amenizá-la.

Brasília - Ag. Estado

## Planalto quer mesmo neopresidencialismo

EVANDRO PARANAGUÁ

O presidente José Sarney liberou os constituintes de sua confiança para introduzirem alterações substanciais na estrutura do Executivo e seu interrelacionamento com os demais poderes, o que poderá mudar de maneira expressiva tudo o que já existe sobre a matéria nas comissões temáticas.

O novo modelo presidencial idealizado por Sarney e agora confirmado prevê um primeiro-ministro por ele nomeado, cuja investidura dependeria da aprovação do Congresso, com as atribuições executivas do governo repartidas entre ambos e o Conselho de Ministro, sem prejuízo da unidade de chefia — Estado e governo — atribuída ao presidente. Os principais articuladores do novo modelo, já chamado de neopresidencialismo, são os líderes do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e do PFL, deputado José Lourenço.

A prevalecer a tese, o presidente será eleito por voto universal e popular, direto e secreto, para mandato de cinco anos, proibida a reeleição, e a figura do vice-presidente seria extinta. Na hipótese de vacância do cargo de presidente, nos últimos dois anos de mandato, o sucessor seria eleito indiretamente pelo Congresso. Seria aberta a possibilidade de consultas plebiscitárias, por iniciativa do presidente da República, com os resultados devendo ser acolhidos tanto por este quanto pelos demais poderes. E ainda: a criação de um Conselho de ministros a ser constituído, no mínimo, por um terço de congressistas e dirigido pelo primeiro-ministro. Para a composição do Conselho seriam observados os resultados das eleições gerais para o Congresso.

A nomeação dos ministros de Estado seria feita pelo presidente, me-

## Liberais não negociam com xiitas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A liderança do senador Mário Covas não conseguiu firmar um só acordo em favor de propostas feitas por grupos de tendência xiita do partido, que começarão a ser votadas hoje pelas comissões temáticas. A previsão é que os liberais ganharão de 40 a 20 votos. Mas os peemedebistas ligados ao senador não perderam a esperança de aprovar suas iniciativas e já articulam a mobilização popular, através de entidades de classes, para cobrar avanços dos constituintes com relação às normas atuais, quando a matéria for ao plenário da Assembleia, na segunda quinzena de setembro.

O vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antonio Britto (RS), admitiu ontem francamente que, diante da estratégia dos liberais de não negociar uma só questão em discussão nas comissões temáticas mas disputá-las no voto, numa articulação da qual faz parte também o líder governista Carlos Sant'Anna, a liderança do seu partido não conseguiu nenhum acordo para possibilitar a aprovação de suas propostas.

Apesar disso, outro vice-líder na Constituinte, o deputado Euclides Scalco (PR), informou que os relatores do PMDB estão tentando negociações isoladas, tendo conseguido alguns entendimentos. Foi o que fez, por exemplo, o senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica, reunindo-se na noite de quarta-feira na residência do senador Albano Franco com os deputados Afif Domingos (PL-SP), Delfim Netto, (PDS-SP) Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Gil César (PMDB-MG), para discutir alguns dos pontos mais polêmicos do seu parecer.

Mas o vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), não acredita em desfecho positivo desses entendimentos, descrença também alimentada pelo vice-líder Antonio Britto.

Apesar dessas previsões, o deputado fluminense Miro Teixeira não se mostrou desanimado, informando que algumas entidades representativas de classe já entraram em contato com o partido para organizar a mobilização popular dirigida para a Constituinte. A idéia é pressionar pelas eleições diretas, mas o deputado acredita que o movimento também vá se estender para a defesa de reformas e mudanças profundas no País.

Neste final de semana, calcula-se que entre cinco e dez mil pessoas acompanhem as votações nas comissões temáticas. Para Miro Teixeira, o comparecimento maciço de populares ao Congresso já é o início da grande mobilização que irá fazer pressão na fase final dos debates no plenário. Sobre essa previsão, Antonio Britto adianta que a disposição de setores do PMDB de não negociar um só avanço com a liderança partidária na Constituinte levará à radicalização de consequências imprevisíveis.

## Parecer de Severo pode ser derrubado

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O grupo liberal de constituintes da Comissão de Ordem Econômica deve derrubar integralmente, hoje, o anteprojeto do relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). O documento será lido às 15 horas e sua votação deve começar às 20h30, em meio a uma série de medidas de segurança. Há grande mobilização de trabalhadores e proprietários rurais, entre outros grupos de pressão, que pretendem lotar o plenário da Câmara dos Deputados.

As intensas negociações realizadas entre os liberais e os xiitas, com a intervenção do relator e do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, terminaram por representar muito mais a "concentração dos dois times para o jogo", segundo a definição de um dos constituintes. Não houve acordo em relação aos pontos básicos, o que levará a uma radicalização em plenário. Há forte tendência de que os liberais repitam na comissão temática as vitórias obtidas nas três subcomissões.

A estratégia dos liberais, que receberá os acertos finais hoje de manhã, prevê a derrota do relatório e às suas propostas gerais. A partir daí, serão votados, artigo por artigo, os três subtítulos que formam o capítulo da Ordem Econômica. Ainda que impondo uma vitória inicial, os liberais admitem aceitar algumas sugestões do relator, consideradas viáveis. A certeza de que a iniciativa dará resultados está baseada em documentos assinados pela maioria dos integrantes das três subcomissões comprometendo-se a votar em bloco nas propostas liberais. O grupo exige limites na intervenção do Estado quando for definido o conceito de empresa nacional. Segundo o deputado Delfim Netto (PDS-SP), "o que o Severo quer é definir um cavalo sem saber para que ele serve, se para montar ou para carregar". O deputado argumenta que a definição do que é empresa nacional implica um tratamento preferencial, "com linhas de crédito subsidiado que às estrangeiras não serão concedidas".

Brasília — Ag. Estado

## AO PÚBLICO

O SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNALS E REVISTAS DE SÃO PAULO comunica que a partir de 12 de junho de 1987, os preços de venda avulsa dos jornais abaixo relacionados passarão a ser, diariamente, os seguintes:

	DOMINGO	2ª A SÁBADO
* A TRIBUNA (Santos)	20,00	15,00
CIDADE DE SANTOS	15,00	13,00
DCI (3)	—	15,00
*DIÁRIO DO GRANDE ABC(2)	20,00	15,00
FOLHA DA TARDE (1)	—	15,00
FOLHA DE S. PAULO	20,00	15,00
JORNAL DA TARDE (1)	—	15,00
NOTÍCIAS POPULARES	10,00	10,00
O ESTADO DE S. PAULO (2)	20,00	15,00

\* ASSOCIADOS DO SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNALS E REVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(1) — Não circulam aos domingos  
(2) — Não circulam as 2.ªs feiras  
(3) — Não circulam aos sábados e domingos

São Paulo, 12 de junho de 1987.  
A DIRETORIA